

20 de Março de 2013

Auditório Montepio Geral – Lisboa

Seminário

Fundos Estruturais, prioridade máxima para a Coesão Social

---

Bom dia a todos e a todas. Antes de mais gostaria de agradecer a amabilidade do Montepio Geral na cedência das instalações, na pessoa do seu presidente, Dr. António Tomás Correia.

A parceria que a EAPN Portugal tem com o Montepio Geral é já de longa data e corrobora a importância da responsabilidade social das empresas na contribuição para a edificação de uma sociedade com menos desigualdades. O Montepio Geral é a maior das mutualidades portuguesas e por isso a sua missão ultrapassa em larga margem a sua vertente financeira.

Já que aqui estamos não poderia deixar de referir a aprovação da lei de bases da economia social na passada sexta-feira, por unanimidade no Parlamento. É uma vitória das instituições do terceiro sector e será decerto uma oportunidade que nos próximos tempos deveremos aproveitar e explorar o mais possível, sobretudo numa altura como esta em que o esforço das instituições sociais é cada vez maior e exige uma capacidade de inovação diária. As potencialidades do terceiro sector na criação de emprego, por exemplo, são muitas vezes subestimadas e na verdade trata-se de um sector da nossa economia com um forte

capacidade de criação de emprego, que é hoje em dia uma das maiores preocupações da nossa sociedade.

Queria ainda agradecer a presença do Sr. Secretário de Estado, Dr. Marco António Costa por ter aceite o nosso convite e estar hoje aqui a partilhar com todos os presentes as intenções do Governo em matéria de fundos comunitários e, em particular, do novo pacote financeiro que se avizinha.

Pretendemos, com a realização deste seminário que o sector não governamental em Portugal possa aceder a informação atempada acerca das negociações do novo período de programação e possa, dessa forma, contribuir para um debate nacional, esclarecido e crítico sobre as grandes opções que estão a ser tomadas a nível europeu e aquelas que serão também tomadas em termos nacionais. Importa-nos que a sociedade civil organizada possua todos os instrumentos disponíveis para que se possa pronunciar e assim participar activamente na definição do novo Quadro Estratégico Comum.

Por outro lado, a EAPN Portugal possui uma vasta experiência na implementação de projetos financiados por fundos comunitários. A EAPN Portugal existe desde 1991 e praticamente desde o primeiro momento que assumiu que a sua missão na luta contra a pobreza e a exclusão social passava por uma capacidade de inovação, o que implica uma aposta forte e altamente qualificada na implementação de projectos nacionais e europeus. Esta nossa experiência está aliada também a uma ligação umbilical à EAPN Europa, instituição que desde o primeiro momento da sua existência procura influenciar as instituições europeias de forma a que os fundos comunitários se aproximem dos objectivos de coesão social entre os estados membros.

Desta forma, é nossa missão, em primeira instância, fazer acontecer este debate e reiteramos mais uma vez a nossa disponibilidade para cooperar com as entidades decisoras responsáveis pela definição das linhas mestras dos novos programas operacionais.

Gostaria apenas de deixar alguns “apontamentos macro” relativos àquilo que até ao momento é conhecido no que respeita ao período de programação 2014-2020.

Desde logo salientar que a intenção da Comissão Europeia em simplificar<sup>1</sup> a arquitectura dos Fundos estruturais é muito bem acolhida por nós. Também está previsto no Quadro Estratégico Comum (QEC) uma programação flexível dos Fundos, ou seja, que, no período de 2014-2020, os Estados membros possam optar por implementar programas monofundo ou multifundo, conjugando o FEDER, o FSE e o Fundo de Coesão. Os exemplos que são referidos nos documentos até ao momento disponíveis dão conta de algumas propostas tais como: Investimentos Territoriais Integrados e Desenvolvimento Local Orientado para a Comunidade. Caso a presente proposta venha a ser posta em prática, e adotada em Portugal, esta complementaridade dos fundos será muito útil dada a necessidade, em nosso entender, de apostar em projetos macro que, apesar de territorialmente circunscritos, possam abranger diferentes problemáticas (possibilidade de aprovar projetos multitemáticos). Neste ponto, seria de toda a utilidade recuperar a lógica que esteve subjacente

---

<sup>1</sup> **Haverá apenas dois objectivos:” Investir no Crescimento e Emprego” e na “Cooperação territorial europeia” e 3 categorias de regiões: 1 – regiões menos desenvolvidas (de convergência cujo PIB per capita é inferior a 75% do PIB médio da União Europeia a 27); 2 – Regiões de transição (com um PIB per capita entre os 75% e os 90% da média da União Europeia a 27); 3 – Regiões mais desenvolvidas (de competitividade cujo PIB situa-se acima dos 90% da média da União Europeia a 27).**

ao 3º Programa Europeu de luta contra a Pobreza que foi executado em Portugal de 1989 a 1993. Intervenções macro que envolviam a comunidade e que permitiam uma atuação pluridisciplinar permitem deixar marcas no território e introduzir mudanças significativas nas comunidades locais e em todos os agentes locais envolvidos (públicos e privados).

Consideramos que a coordenação e complementaridade entre os principais instrumentos de financiamento da União Europeia será uma mais-valia em termos de burocracia e carga administrativa associada. Relativamente a este ponto consideramos que no QEC importa apostar na diminuição desta carga administrativa, que afecta as autoridades de gestão e também, em última análise, os beneficiários. O processo de gestão e a própria candidatura a fundos da União Europeia continua a ser um processo complexo que afasta muitas vezes aqueles que mais necessidades têm dos Fundos, nomeadamente pequenas ONG's e as Pequenas e Médias Empresas.

Uma outra novidade neste novo período de programação tem que ver com a adopção de uma abordagem estratégica que interliga a Estratégia Europa 2020 com a política de Coesão e dessa forma temos um QEC que reflecte os objectivos e as metas da Europa 2020 em acções chave em todos os Fundos<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Os objectivos temáticos dos Fundos QEC e do Quadro Estratégico Comum são 11: 1) reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; 2) melhorar o acesso às tecnologias de informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade; 3) reforçar a competitividade das PME's e dos sectores agrícolas, das pescas e da aquicultura; 4) apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os sectores; 5) promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos; 6) proteger o ambiente e promover a eficiência energética; 7) promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas

Estão ainda previstos os chamados **contratos de parceria**, que serão celebrados pelos Estados-membros em colaboração com os parceiros e que estabelecem a dotação indicativa da ajuda financeira da União Europeia, por objectivo temático, a nível nacional, e para cada um dos fundos. Estes contratos de parceria são a prova de que a Comissão europeia defende um **Princípio de Parceria** mais forte com uma maior participação das ONG's.

É referido no Regulamento Geral que as ONG's devem ser envolvidas na elaboração dos Contratos de Parceria (artigo 13º), relatórios de progresso, e na preparação, implementação, monitorização e avaliação dos Programas Operacionais. Inclusivamente a Comissão Europeia desenvolveu um Código de Conduta Europeu sobre a parceria, no entanto, a maioria dos Estados-membros não pretende que este documento tenha um carácter vinculativo.

Não poderia deixar de referir que o Fundo Social Europeu terá um papel importante na redução da pobreza e da exclusão social, na medida em que um dos 4 objetivos temáticos é a promoção da inclusão social e da luta contra a pobreza, sendo os outros 3 o emprego e mobilidade dos trabalhadores; educação, competências e aprendizagem ao longo da vida; reforço da capacidade administrativa.

Também se prevê consagrar 20% do FSE para este objectivo temático da promoção da inclusão social e da luta contra a pobreza. Esta é uma proposta que a EAPN Europa defendeu desde o primeiro momento e que

---

**principais redes de infra-estruturas; 8) promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral; 9)promover a inclusão social e combater a pobreza; 10)investir na educação, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida; 11)reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente.**

nós esperamos que venha a ser uma realidade no quadro do próximo período de programação. Para já temos uma certeza: o parecer do Comité Economico e Social Europeu datado de dezembro de 2012 é claramente favorável a esta proposta.

Do panorama geral apresentado poderemos ter esperança de que os próximos sete anos representarão uma mudança de paradigma e que a aposta na coesão entre os Estados-membros seja assumida pela via da inclusão social. A via do crescimento e do emprego, que foi sempre aquela que prevaleceu, provou ser um fracasso e a União Europeia de hoje atesta isso mesmo. Muitos Estados-membros, tal como o nosso, encontram-se a sofrer de forma gravíssima as consequências de uma crise à escala global. Os países intervencionados pela Troika encontram-se numa situação social muito delicada e a União Europeia deve acima de tudo pugnar pela defesa dos valores que estiveram na sua origem. Em 2012 a União Europeia recebeu o Nobel da Paz e por esse motivo acreditamos que o simbolismo associado a este Prémio irá favorecer um futuro mais conciliador e mais promissor para todos os Estados-membros.

---